



FRA Comunicado de imprensa

Viena/Luxemburgo, 6 de junho de 2014

Como reforçar a proteção dos direitos fundamentais na Europa: a FRA sugere caminhos a seguir

Num momento em que os ministros da União Europeia se reúnem para debater o futuro das políticas da União em matéria de liberdade, segurança e justiça, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) apresenta no seu Relatório Anual algumas sugestões práticas sobre a forma de assegurar uma melhor proteção dos direitos das pessoas na UE. Descreve igualmente os desafios enfrentados e os progressos realizados no domínio dos direitos fundamentais ao longo de 2013.

«O Relatório Anual da FRA assinala os numerosos desafios que a Europa atualmente enfrenta em matéria de direitos fundamentais, mas também mostra os significativos progressos realizados em 2013», observa [Morten Kjaerum](#), Diretor da FRA. «As sugestões concretas que apresentámos visam contribuir para que a proteção dos direitos continue a avançar em toda a UE. As escolhas que a União fizer agora influenciarão decisivamente os direitos fundamentais nos próximos anos. Temos de unir esforços para que as leis de que hoje dispomos assegurem o usufruto efetivo desses direitos a toda a população da UE.»

À semelhança dos anos anteriores, o Relatório Anual da FRA relativo a 2013 salienta os desafios enfrentados e os êxitos obtidos em muitas áreas dos direitos fundamentais na União Europeia. Por exemplo:

- Os inquéritos da FRA sobre a violência e a discriminação contra [as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais \(LGBT\)](#), [a violência contra as mulheres](#) e [o antissemitismo](#) revelaram, todos eles, sentimentos generalizados de medo e elevados níveis de ausência de denúncia por parte das **vítimas**, em especial das vítimas de crimes de ódio. Há que redobrar esforços para aumentar o apoio e a proteção às vítimas nos termos da Diretiva «Vítimas» da UE, adotada em 2012.
- Os trágicos acontecimentos ocorridos ao largo da costa italiana de Lampedusa realçaram [a necessidade urgente de tomar medidas a nível da UE](#) para proteger a vida e os direitos dos **migrantes**. A iniciativa da Comissão Europeia para reduzir as mortes no mar define linhas de ação para resolver muitos dos problemas existentes através de uma cooperação europeia reforçada.
- As revelações sobre a existência de uma vasta vigilância dos dados pessoais puseram a nu as insuficiências das autoridades responsáveis pela **proteção de dados** a nível europeu e nacional. As importantes reformas das regras de proteção de dados subsequentemente efetuadas deverão contribuir para reforçar a proteção de dados em toda a União Europeia.

No momento em que o Conselho debate as prioridades no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos para os próximos cinco anos, o Relatório Anual da FRA sublinha a necessidade de que a União e os seus Estados-Membros reafirmem e reforcem o seu compromisso comum de proteger e promover os direitos fundamentais. Propõe, por isso, a criação de uma estratégia interna e de um ciclo político anual, destinados a interligar melhor e a avaliar regularmente os esforços

realizados nesta área a nível da UE e a nível nacional. Deste modo, a União agiria em sintonia com o atual quadro externo de defesa dos direitos humanos e consolidaria a posição de vanguarda que ocupa nessa defesa.

Leia o relatório (EN, FR): [Direitos fundamentais: desafios e realizações em 2013](#)

Para mais informações contactar: media@fra.europa.eu / Tel.: +43 1 580 30 642

Notas aos editores:

- O Relatório Anual 2013 da FRA fornece dados concretos e comparáveis sobre a situação dos direitos fundamentais efetivamente existente nos 28 Estados-Membros da União Europeia. O relatório identifica os «principais desenvolvimentos», as «práticas promissoras» e os desafios em matéria de asilo, imigração e integração; controlo de fronteiras e política de vistos; sociedade da informação e proteção de dados; direitos da criança e proteção das crianças; igualdade e não discriminação; racismo e discriminação étnica; acesso a uma justiça eficiente e independente; e direitos das vítimas da criminalidade. Contém também um capítulo específico intitulado «*Um quadro estratégico interno da UE para os direitos fundamentais: unir forças para alcançar melhores resultados*».
- O atual quadro da UE para a Justiça e os Assuntos Internos, o [Programa de Estocolmo](#), abrange o período de 2010-2014. Após o Conselho «Justiça e Assuntos Internos» de 5 e 6 de junho, o Conselho Europeu de junho de 2014 adotará as próximas orientações estratégicas da programação legislativa e operacional no espaço de liberdade, segurança e justiça.
- A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) tem a missão de prestar um aconselhamento fundamentado aos decisores políticos da UE e nacionais, contribuindo desse modo para debates e políticas mais informados e direcionados no domínio dos direitos fundamentais.